

Relatório da Administração - Dezembro de 2014

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referente às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A marca AIG é referência mundial em seguros. São mais de 95 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, uma rede de aproximadamente 64 mil funcionários e 88 milhões de clientes em mais de 130 países. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Com um dos mais completos portfólios de produtos e serviços do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

Há mais de 60 anos no mercado brasileiro, a AIG conta com mais de 450 funcionários no País e possui escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e presença em Porto Alegre.

A AIG Seguros Brasil, subsidiária da AIG International INC., está ampliando suas instalações no Brasil, com objetivo de disponibilizar nossos produtos e serviços aos clientes, de uma forma inovadora e mantendo nossa qualidade e compromisso. O Grupo AIG também opera em resseguro através da American Home Assurance Company (resseguradora admilitada), e da AIG Resseguros (resseguradora local), com objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo

AIG, além de explorar sinergias com o mercado segurador e outros parceiros; e de agregar valor aos nossos clientes.

A AIG está desenvolvendo sua plataforma de negócios para atender às diversas demandas do mercado de seguros e resseguros, voltados principalmente ao segmento de grandes riscos e seguros financeiros. Adicionalmente, atuaremos no varejo através do desenvolvimento de novos canais de distribuição, de forma inovadora, e oferecendo nosso portfólio de produtos e serviços. A Seguradora está investindo em um sistema operacional que irá suportar suas operações e negócios, de uma forma mais ágil e flexível junto aos seus clientes e corretores.

Dentro de sua estratégia de expansão geográfica e dos negócios no Brasil, o Grupo AIG possui filiais em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e no Rio de Janeiro. Para 2014 faz parte de nossa estratégia a abertura de novas filiais, reforçando o compromisso com os investimentos e instalações no Brasil.

Neste exercício a AIG Seguros recebeu de sua matriz os aumentos de capital no total de R\$ 175,5 milhões, para suportar os investimentos nas operações de seguros, em aprovação pela SUSEP.

Performance econômico-financeira

Os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 459 milhões no exercício 2014, 38% superior ao exercício de 2013.

No exercício de 2014, a Seguradora apresentou um Prejuízo de R\$ 130 milhões, enquanto seu prejuízo operacional foi de R\$ 122 milhões. Esse prejuízo foi gerado pelo

alto investimento em tecnologia e na criação de novos processos e produtos para servir nossos corretores e clientes.

Distribuição de lucros

A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal.

Perspectivas

A Seguradora continuará expandindo suas operações, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação nas políticas de precificação e aceitação de risco, visando à contínua melhoria do seu resultado operacional. Esta é a estratégia adotada pela Seguradora, que a deixa preparada para atuar em um mercado competitivo.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Seguradora e relançamento da AIG no mercado brasileiro.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

		Em milhares de reais	
	2014	2013	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido
Circulante	938.733	693.128	Circulante
Disponível	18.189	8.500	Contas a pagar
Caixa e bancos (Nota 5)	18.189	8.500	Obrigações a pagar (Nota 19.1)
Aplicações financeiras (Nota 6)	346.279	247.657	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 20)
Créditos das operações com seguros e resseguros	240.999	178.093	Encargos trabalhistas
Prêmios a receber (Nota 7)	186.406	124.228	Impostos e contribuições (Nota 20)
Operações com seguradoras	9.281	13.037	Outras contas a pagar (Nota 19.2)
Operações com resseguradoras (Nota 8)	44.637	37.083	Débitos de operações com seguros e resseguros
Outros créditos operacionais	675	3.745	Prêmios a restituir
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	266.567	205.270	Operações com seguradoras
Títulos e créditos a receber	8.377	4.272	Operações com resseguradoras (Nota 21)
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	3.765	79	Corretores de seguros e resseguros
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	718	82	Outros débitos operacionais (Nota 22)
Outros créditos	3.894	4.111	Depósitos de terceiros (Nota 23)
Outros valores e bens	2	2	Provisões técnicas - seguros (Nota 24)
Outros créditos	2	2	559.251
Despesas antecipadas (Nota 13)	10.333	10.827	Danos
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	47.987	38.507	Pessoas
Não circulante	202.830	182.775	Não circulante
Realizável a longo prazo	78.566	72.111	Débitos das operações com seguros e resseguros
Aplicações financeiras (Nota 6)	1.199	1.083	Corretores de seguros e resseguros
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.772	3.014	Provisões técnicas - seguros (Nota 24)
Prêmios a receber (Nota 7)	4.772	3.014	66.169
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	28.706	24.736	Danos
Títulos e créditos a receber	31.585	32.691	Pessoas
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	16.308	16.228	Outros débitos
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	14.878	16.068	Provisões judiciais (Nota 25)
Outros créditos operacionais	399	395	Patrimônio líquido
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	12.304	10.587	284.106
Investimentos (Nota 16)	83.204	84.616	Capital social (Nota 26(a))
Participações societária	77.700	79.046	490.057
Imóveis destinados à renda	5.504	5.570	Aumento de capital (em aprovação) (Nota 26(b))
Imobilizado (Nota 17)	11.134	7.893	118.823
Imóveis de uso próprio	602	605	Prejuízos acumulados
Bens móveis	7.763	5.440	(324.774)
Outras imobilizações	2.769	1.848	
Intangível (Nota 18)	29.926	18.155	
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	29.926	18.155	
Total do ativo	1.141.563	875.903	Total do passivo e patrimônio líquido
			1.141.563
			875.903

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Em milhares de reais		
Discriminação	Capital social	Aumento (redução) capital em aprovação	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2013	276.145	34.146	(84.043)	226.248
O aumento de capital conforme AGE de 27 de junho de 2012, foi aprovado conforme portaria SUSEP/CGRAT nº 5.210 de 18 de março de 2013	34.146	(34.146)	-	-
Aumento de capital AGE 02 de maio de 2013 em aprovação conforme Processo SUSEP nº 15414.001675/2013-12	-	17.454	-	17.454
Aumento de capital AGE 26 de junho de 2013 em aprovação conforme Processo SUSEP nº 15414.002243/2013-11	-	21.330	-	21.330
Aumento de capital AGE 13 de setembro de 2013 em aprovação conforme Processo SUSEP nº 15414.100604/2013-93	-	45.000	-	45.000
Aumento de capital AGE 27 de dezembro de 2013 em aprovação conforme Processo SUSEP nº 15414.100033/2014-78	-	39.300	-	39.300
Prejuízo do Exercício	-	-	(110.566)	(110.566)
Em 31 de dezembro de 2013	310.291	123.084	(194.609)	238.766
Em 1º de janeiro de 2014	310.291	123.084	(194.609)	238.766
Aumento de capital AGE 24 de abril de 2014 em aprovação conforme Processo SUSEP nº 15414.001463/2014-16	-	45.524	-	45.524
Aumento de capital aprovado conforme Portaria SUSEP/CGRAT nº 5.955 de 22 de julho de 2014 Processo nº 15414.001675/2013-12	17.454	(17.454)	-	-
Aumento de capital em aprovação AGE 30 de julho de 2014 Processo SUSEP nº 15414.002536/2014-89	-	11.158	-	11.158
Aumento de capital em aprovação AGE 27 de agosto de 2014 Processo SUSEP nº 15414.002755/2014-68	-	22.575	-	22.575
Aumento de capital aprovado conforme portaria SUSEP nº 51 em 02 de setembro de 2014 Processo SUSEP nº 15414.002243/2013-11	21.330	(21.330)	-	-
Aumento de capital aprovado conforme portaria SUSEP nº 51 em 02 de setembro de 2014 Processo SUSEP nº 15414.100604/2013-93	45.000	(45.000)	-	-
Aumento de capital aprovado conforme portaria SUSEP nº 51 em 02 de setembro de 2014 Proc. SUSEP nº 15414.100033/2014-78	39.300	(39.300)	-	-
Aumento de capital aprovado conforme portaria SUSEP nº 51 em 02 de setembro de 2014 Processo SUSEP nº 15.414.001463/2014-16	45.524	(45.524)	-	-
Aumento de capital em aprovação AGE 28 de outubro de 2014 Processo SUSEP nº 15414.003270/2014-91	-	24.003	-	24.003
Aumento de capital aprovado conforme Portaria SUSEP nº 82 em 11 de novembro de 2014 Processo SUSEP nº 15414.002536/2014-89	11.158	(11.158)	-	-
Aumento de capital em aprovação AGE 26 de novembro de 2014 Processo SUSEP nº 15414.000015/2015-78	-	45.700	-	45.700
Aumento de capital em aprovação AGE 19 de dezembro de 2014 Processo SUSEP nº 15414.000110/2015-71	-	26.545	-	26.545
Prejuízo do Exercício	-	-	(130.166)	(130.166)
Em 31 de dezembro de 2014	490.057	118.823	(324.774)	284.106

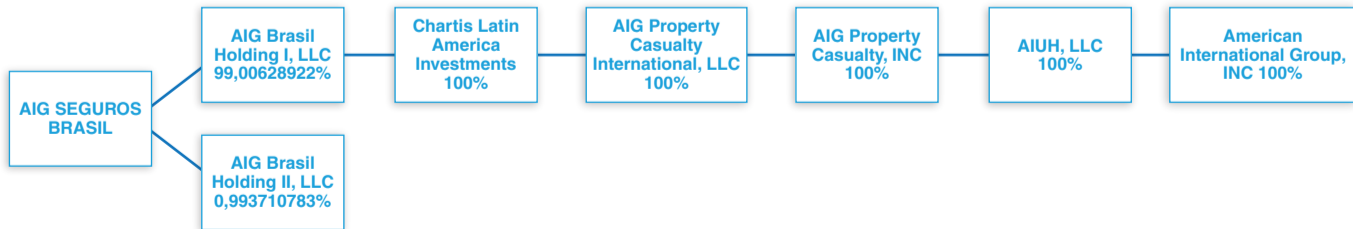
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. («AIG Seguros» ou «Seguradora»), com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.306, Vila Olímpia, São Paulo - SP, é subsidiária da AIG Inc. (American International Group Inc.), e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional, conforme organograma abaixo:



A AIG Inc. está ampliando suas instalações no Brasil por meio de investimentos na AIG Seguros. Os investimentos na filial brasileira fazem parte de sua estratégia para reforçar suas operações locais, que permitirão expandir sua atuação também para a área de Seguros de Varejo.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2015.

A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:

• Produtos para indivíduos

- Acidentes pessoais
- Vida
- Garantia estendida
- Roubo e danos
- Outros

• Produtos para empresas

- Riscos de engenharia e propriedades
- Garantia
- Riscos ambientais
- Responsabilidade profissional e cível
- Outros

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela SUSEP e a Lei de S.A.

A Seguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Disponível para a venda" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 9 de janeiro de 2015 foi emitida a Circular SUSEP no 508, revogou a Circular SUSEP no 483 de 6 de janeiro de 2014, dispõe sobre alterações das Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP n.º 86, de 3 de setembro de 2002, a partir do exercício de 2015.

		Em milhares de reais	
	2014	2013	
Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de Dezembro			
Prêmios emitidos líquidos (Nota 27)	459.134	332.697	
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 28)	(79.216)	(32.547)	
Prêmios ganhos (Nota 27.1)	379.918	300.150	
Receita com emissão de apólices	2.391	2.128	
Sinistros ocorridos (Nota 29)	(233.838)	(114.796)	
Custos de aquisição (Nota 30)	(56.459)	(35.677)	
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 31)	(14.701)	(11.198)	
Resultado com resseguro (Nota 32)	(27.462)	(105.508)	
Receita com resseguro	118.432	28.859	
Despesa com resseguro	(145.894)	(134.367)	
Despesas administrativas (Nota 33)	(181.011)	(138.841)	
Despesas com tributos (Nota 34)	(9.292)	(6.706)	
Resultado financeiro (Nota 35)	12.782	7.941	
Resultado patrimonial (Nota 36)	5.540	1.206	
Resultado operacional	(122.132)	(101.301)	
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	3.054	(1.131)	
Resultado antes dos impostos e participações	(119.078)	(102.432)	
Participações sobre o resultado	(11.088)	(8.134)	
Prejuízo do exercício	(130.166)	(110.566)	
Prejuízo básico e diluído por ação (Reais por ação) (Nota 26)	(0,12)	(0,20)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

Atividades operacionais

Prejuízo líquido do período (130.166) (110.566)

Ajustes para:

Depreciação e amortizações 7.232 6.633

Resultado de equivalência patrimonial 299 1.889

Outros ajustes (50) 2.093

Variação nas contas patrimoniais:

Ativos financeiros (98.738) (32.956)

Créditos das operações de seguros e resseguros (64.663) (26.920)

Ativos de resseguro (65.267) 21.260

Créditos fiscais e previdenciários (716) (2.738)

Depósitos judiciais e fiscais 1.190 (1.055)

Despesas antecipadas 493 (10.821)

Custos de aquisição diferidos (11.198) (17.171)

Outros ativos (2.375) 546

Impostos e contribuições (588) 785

Outras contas a pagar 14.611 3.031

Débitos de operações com seguros e resseguros 63.888 18.323

Depósitos de terceiros (2.975) 5.251

Provisões técnicas - seguros e resseguros 144.622 29.013

Provisões judiciais 763 325

Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais (143.638) (113.078)

Atividades de investimento

Venda de imobilizado - 87

Compra de imobilizado (5.469) (3.028)

Compra de intangível (16.709) (3.244)

Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento (22.178) (6.185)

Atividades de financiamento

Aumento de capital 175.505 123.084

Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento 175.505 123.084

Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa 9.689 3.821

Caixa e equivalentes de caixa no início do período 8.500 4.679

Caixa e equivalentes de caixa no final do período 18.189 8.500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

2.2. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

2.5. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)
 A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor;
- é provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários).

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

(b) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quando à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP) (vide Nota 2.11.3).

2.6. Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Companhia registra como um ativo - circulante e não circulante, proporcionalmente ao período de vigência de cada apólice - os custos diretamente incrementais e relacionados à origemação ou renovação de contratos de seguro (Custos de Aquisição Diferidos), e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

2.7. Propriedades de investimento

A IIG Seguros detém certas propriedades de investimento que não são classificadas como ativo imobilizado destinados a renda. Esses ativos são classificados como propriedades de investimento segundo o CPC 28 (equivalente ao IAS 40) e são avaliados ao custo de aquisição (mais ou menos quaisquer custos de transação incrementais) reduzido por depreciação. Como a Seguradora utiliza o modelo de custo (*cost model*) permitido pelo CPC 28 (equivalente ao IAS 40) para imóveis de investimento, estes ativos são avaliados para *impairment* e alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa segundo o CPC 1 (equivalente ao IAS 36).

2.7.1. Leasing

As operações de arrendamento dessas propriedades são classificadas segundo o CPC 6 (equivalente ao IAS 17) como um *leasing* operacional.

A IIG Seguros aluga diversos ativos em seu curso normal de negócios. Consequentemente, para a aplicação do CPC 6 (equivalente ao IAS 17), a Seguradora efetua o processo de classificação dos contratos como *leasing* financeiro ou operacional. Os contratos de *leasing* da Seguradora foram avaliados e classificados como *leasings* operacionais.

Os contratos de *leasing* onde uma porção significativa dos riscos e benefícios sobre os ativos são retidos pela Seguradora, como arrendador, são classificados como *leasing* operacionais. Recebimentos pela Seguradora de *leasing* operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do exercício linearmente e proporcionalmente ao período do arrendamento.

2.8. Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros ativos fixos utilizados para a condução dos negócios da Seguradora. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condição de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior do que o valor contábil do ativo segundo as regras do CPC 1 (equivalente ao IAS 36).

2.9. Passivos financeiros

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Seguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Seguradora para este propósito. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não haviam passivos financeiros relevantes e os mesmos tratam-se de vencimentos no curto prazo (360 dias).

2.10. Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Desde a data de adoção do CPC a Companhia não identificou contratos classificados como 'contratos de investimento' na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.11. Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.11.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da Companhia prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Companhia acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Companhia utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar qual há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.11.2. Passivos de contratos de seguro

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 281/13, Circular Susep nº 462/13 e documento de Orientações da Susep ao mercado. Ainda, nos termos da Resolução CNSP nº 311/14, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Companhia. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

A Companhia não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, na avaliação de contratos de seguro.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já tiveram início de vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

A metodologia adotada é o "Triângulo de *Run-off*", que demonstra o tempo que demora para ocorrer a emissão a partir do início de vigência. É utilizado como base o prêmio emitido total e prêmio emitido retido, no período determinado, e estes são agrupados por trimestre, de acordo com o seu início de vigência e pela diferença em trimestres entre a emissão e o início de vigência. Esses dados são distribuídos e acumulados no triângulo e a partir das divisões dos valores da coluna posterior pelos valores da coluna anterior, é criado o "triângulo de fatores de *run-off*", o qual representa qual o percentual de emissões não conhecidas ainda, de acordo com cada início de vigência do risco.

É construído um triângulo por linha de negócio AIG, uma vez que os produtos nels contidos possuem o mesmo perfil de comportamento. Para chegar ao valor total de emissão, considerando os riscos ainda não emitidos, multiplica-se o fator acumulado pela emissão já conhecida. O valor do Prêmio Estimado é resultado da diferença entre o valor total de prêmio calculado e o valor de prêmio já emitido. Para obter-se o valor da PPNG-RVNE, para cada período de início de vigência analisado no triângulo, calcula-se o respectivo percentual de PPNG-RVNE, ou seja, o tempo de vigência a decorrer. Aplica-se então, o percentual obtido, ao Prêmio Estimado correspondente calculado.

Os valores considerados *out-liers* são excluídos das análises dos triângulos por se tratar de valores de determinadas apólices emitidas com o valor muito superior ao esperado para os próximos meses, e, portanto, podem distorcer a estimativa. Após o cálculo, também pode ocorrer o acréscimo de valores quando sabe-se da existência de riscos vigentes mas não emitidos, oriundos de apólices específicas, os quais o Atuarário identifique que a experiência do triângulo não reflita esses casos.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 457/12.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o *IBNR* é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar, considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro, determinada em cálculos atuariais estabelecidos na Avaliação Atuarial, submetida à SUSEP.

A Provisão de PSL referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

(e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (Provisão de IBNR)

A metodologia adotada para cálculo do IBNR se baseia no desenvolvimento dos sinistros avisados a fim de se estimar o sinistro final. A diferença entre o sinistro final e o sinistro avisado é o IBNR.

O desenvolvimento dos sinistros avisados se dá através de uma técnica conhecida como "Triângulo de *run-off*". São selecionados nas bases de dados da Companhia os sinistros retidos, pendentes e pagos, ocorridos nos últimos quinze anos. Estes sinistros são distribuídos em períodos semestrais de ocorrência e movimentação, formando um triângulo de 30 semestres de ocorrência por 30 semestres de movimentação. Este triângulo tem seus valores acumulados e, a partir da divisão dos valores da movimentação posterior pelos valores da movimentação anterior, é criado o "triângulo de fatores de *run-off*". Para cada coluna do triângulo de *run-off* é feito uma análise com o objetivo de se determinar qual o fator que melhor representa aquela fase de desenvolvimento do sinistro. (A seleção deste fator pode ser feita pela média dos fatores, levando-se em consideração o conhecimento que o atuarário tem de cada carteira).

Esta análise é crítica, e para se chegar a uma boa estimativa do sinistro final, pode ser necessária uma triagem dos sinistros que ocorreram em um determinado semestre a fim de se identificar situações atípicas, tais como catástrofes ou outros eventos cuja possibilidade de nova ocorrência são remotas, as quais deverão ser excluídas para efeito de criação dos fatores de *run-off*, pois estes fatores são responsáveis pelo desenvolvimento do sinistro no futuro e não devem embutir situações atípicas. Quando for identificado um sinistro com estas características, ele será destacado do triângulo de sinistros e tratado individualmente. Isto significa que será criado um triângulo de fatores sem a distorção deste evento, e sem esta distorção também será desenvolvido o triângulo de sinistros. Posteriormente, o sinistro atípico que foi desenvolvido até o final individualmente, será adicionado ao triângulo original para apuração do IBNR. É importante observar que a classificação de um sinistro como atípico, depende exclusivamente de sua natureza e não do impacto que possa produzir no sinistro final, já que este tratamento pode tanto aumentar como diminuir o IBNR. O importante é que se obtenha uma projeção mais realista possível.

Uma vez selecionados os fatores que melhor representam cada um dos semestres de desenvolvimento, elaboramos, a partir da primeira movimentação, o resultado dos demais fatores, criando o LDF (*loss development factor*) para cada linha de ocorrência. Voltando ao triângulo de sinistros acumulados, projetamos o sinistro final multiplicando cada LDF pelo sinistro avisado conhecido do semestre de ocorrência correspondente. Finalmente o IBNR será a diferença entre o sinistro final e o sinistro conhecido.

Para fins de atendimento às novas regras da SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e os valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNR (*Incurred but not yet reported*) da seguradora, e consequentemente os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados.

Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

(f) Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos é constituída para garantir a distribuição de parte do excedente decorrente de superávit técnico ao estipulante, conforme previsto nos contratos de seguros.

(g) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretamente alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) - para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR -, e despesas não diretamente alocadas a sinistros (LULAE), para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

(h) Provisão de Despesas Administrativas (PDA)

É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP, essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras".

2.11.3. Teste de adequação dos passivos (TAP) (Liability Adequacy Test (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), deduzidos dos custos de aquisição diferidos do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros.

A Companhia adotou a seguinte metodologia e premissas para gerar o cálculo de LAT:

- Divisão do portfólio em 25 grupos os quais a Cia. administra seus riscos mundialmente;
- O cálculo do Net Carrying Amount foi efetuado através da fórmula:

$$NCA = (PPNG + PPNG-RVNE - DAC - DAC-RVNE) + (IBNYR + IBNER + PSL + PDR + ULAE)$$
- Projeção do fluxo de caixa cinco partes, sendo:
 - Fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros, em dólares, de riscos não incorridos até a data do teste;
 - Fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros, em reais, de riscos não incorridos até a data do teste;
 - Fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros já incorridos e avisados;
 - Fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros já incorridos e não avisados;
 - Fluxo de pagamentos de despesas administrativas necessárias para o funcionamento da empresa;
 - Fluxo de pagamento de despesas com comercialização dos prêmios futuros estimados.
- A taxa de juros aplicada para o cálculo do valor presente dos fluxos é curva de juros (ETTJ), informada pela SUSEP com referência no Cupom de IPCA;
- Aplicação do percentual de 4,65% em cada período do fluxo, referente a impostos de PIS e COFINS, para os casos cujo montante de prêmio ganho sejam maiores que o montante de sinistro pago;
- Aplicação de uma sinistralidade esperada calculada por grupo de produtos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Grupo LAT	Profit Center	Sinistralidade esperada - %
1	Acidentes pessoais e viagem	33%
2	Automóvel	82%
3	Aeronáutico	35%
4	Responsabilidade cível geral excedente	35%
5	Responsabilidade cível geral	54%
6	Combinado	45%
7	Gerenciamento de crises	39%
8	Engenharia/Energia	50%
9	Ambiental	40%
10	Garantia estendida	15%
11	Riscos financeiros	40%
12	Vida	40%
13	Transporte	90%
14	Contas internacionais	50%
15	Propriedade pessoal	25%
16	Outros pessoa física	55%
17	Propriedade	50%
18	Garantia	25%
19	Risco de crédito	60%

Caso seja identificada qualquer deficiência, a Companhia registrará o valor da insuficiência na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tais como salvados). A Companhia também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação dos contratos de seguros e na execução dos testes de adequação dos passivos.

No cálculo realizado para a data base de dezembro de 2014, não foi identificada insuficiência nas provisões contabilizadas de forma global. Foi constatada uma insuficiência de R\$ 3,3 milhões para o grupo 16 - Marine, para as reservas Brutas de Resseguro. A insuficiência foi contabilizada na conta de Provisão Complementar de Cobertura.

2.12. Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos períodos de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios

são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

2.14. Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15. Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos juntos a contraparte e quando a Seguradora possui a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

2.16. Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.16.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.16.2. Receita de instrumentos financeiros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.16.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do período segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

Em junho de 2012 a administração da Companhia revisou os saldos contábeis referentes a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, de acordo com as exigências da Circular SUSEP 424/2012.

Como resultado desta revisão, a administração concluiu que a Companhia não atendeu alguns requisitos dispostos na legislação vigente. A Seguradora ainda encontrava-se em processo de reestruturação, no entanto o período de reestruturação foi reavaliado e, consequentemente, a expectativa de geração de lucros também foi revisada.

Considerando os motivos apresentados acima, foram constituídas provisões sobre os créditos tributários no montante de R\$ 31.456, as quais correspondem aos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados constituídos até a data base de 30/06/2012.

Vale ressaltar ainda que com base nas disposições da Circular SUSEP 483/2014 a Companhia não está reconhecendo os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias desde julho de 2012, tendo em vista a projeção de prejuízos para os próximos 3 (três) anos e prejuízos acumulados nos últimos 3 (três) anos.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da Lei nº 12.973/2014 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela Lei é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014. A Administração não irá optar pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos

Para fins de cálculo do TAP, a Companhia analisou seus riscos conforme a administração dos mesmos mundialmente pela AIG, sendo estes:

Consumer Lines (pessoa física)

- Acidentes pessoais
- Automóvel
- Garantia estendida
- Vida em grupo
- Propriedade pessoal

Commercial Lines (pessoa jurídica)

- Aeronáutico
- Responsabilidade cível geral excedente
- Responsabilidade cível geral
- Combinado
- Gerenciamento de crises
- Engenharia/Energia
- Ambiental
- Riscos financeiros
- Transportes
- Contas internacionais
- Outros
- Risco político
- Grandes propriedades
- Garantia
- Risco de crédito

(b) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos em 31 de dezembro de 2014

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	1	2	-	2.505	-	2.508
Aeronáuticos	-	-	-	16.721	306	17.027
Compreensivo empresarial	-	-	-	3.281	228	3.509
Garantia estendida	4.221	7.188	1.941	16.410	10.803	40.563
Lucros cessantes	88	16	62	19.573	382	20.121
Responsabilidade cível profissional	-	2	-	17.015	597	17.614
Responsabilidade cível geral	-	14	340	44.583	350	45.287
Responsabilidade cível de administrador e diretores (D&O)	-	169	-	39.465	681	40.315
Responsabilidade cível riscos ambientais	-	32	-	14.195	531	14.758
Responsabilidade cível hangar	-	-	-	11.801	21	11.822
Riscos de engenharia	14	185	-	8.708	(95)	8.812
Riscos diversos	265	84	1.930	10.468	9	12.756
Riscos financeiros - crédito interno	-	-	-	21.680	2.354	24.034
Riscos nomeados e operacionais	438	234	418	53.813	2.469	57.372
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	-	-	4.636	998	5.634
Transporte internacional	-	-	8	12.139	56	12.203
Transporte nacional	-	50	1	30.628	19	30.698
Turístico	-	-	-	21.525	125	21.650
Demais ramos	5.521	221	1.565	22.819	613	30.739
Total	10.548	8.197	6.265	371.965	20.447	417.422

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para os prêmios emitidos DPVAT 2014 - R\$ 41.712.

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos em 31 de dezembro de 2013

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	(2)	468	-	2.003	1.499	3.968
Aeronáuticos	522	1.260	120	9.316	237	11.455
Compreensivo empresarial	36	127	3	1.314	143	1.623
Garantia estendida	2.282	6.202	-	(8.818)	32.057	31.723
Lucros cessantes	78	436	32	10.146	155	10.847
Responsabilidade cível profissional	249	348	40	8.087	406	9.130
Responsabilidade cível geral	1.748	1.477	274	27.111	1.942	32.552
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	1.604	1.235	363	26.953	1.273	31.428
Responsabilidade cível riscos ambientais	304	517	146	3.851	656	5.474
Responsabilidade cível hangar	254	104	11	2.180	19	2.568
Riscos de engenharia	62	589	32	10.289	184	11.156
Riscos diversos	575	176	6	5.786	158	6.701
Riscos financeiros - crédito interno	619	-	-	15.782	4.369	20.770
Riscos nomeados e operacionais	970	3.423	811	55.233	748	61.185
Seguros compreensivos de operações portuárias	58	274	21	1.822	170	2.345
Transporte internacional	64	225	77	6.756	587	7.709
Transporte nacional	161	(1.690)	957	16.082	1.840	17.350
Turístico	96	5	(27)	11.644	1.420	13.138
Demais ramos	459	988	994	12.122	1.181	15.744
Total	10.139	16.164	3.860	217.659	49.044	296.866

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para os prêmios emitidos DPVAT 2013 - R\$ 35.831.

(d) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos líquidos de resseguro em 31 de dezembro de 2014

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	1	2	-	2.359	-	2.362
Aeronáuticos	300	66	-	2.047	77	2.490
Compreensivo empresarial	-	-	-	2.677	207	2.884
Garantia estendida	4.221	7.188	1.941	16.410	10.803	40.563
Lucros cessantes	34	7	25	5.411	140	5.617
Responsabilidade cível profissional	-	2	-	11.270	390	11.662
Responsabilidade cível geral	-	13	311	31.842	296	32.462
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	-	100	-	24.822	420	25.342
Responsabilidade cível riscos ambientais	-	18	-	7.093	238	7.349
Responsabilidade cível hangar	85	(18)	-	1.902	5	1.974
Riscos de engenharia	15	106	-	3.450	(34)	3.537
Riscos diversos	265	84	1.930	6.109	8	8.396
Riscos financeiros - crédito interno	-	-	-	6.162	709	6.871
Riscos nomeados e operacionais	176	108	172	17.210	947	18.613
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	-	-	3.281	548	3.829
Transporte internacional	-	-	6	10.110	49	10.165
Transporte nacional	-	41	1	25.987	17	26.046
Turístico	-	-	-	20.577	125	20.702
Demais ramos	2.086	109	1.377	11.922	91	15.585
Total	7.183	7.826	5.763	210.641	15.036	246.449

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para os prêmios emitidos DPVAT 2014 - R\$ 41.712.

(e) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos líquidos de resseguro em 31 de dezembro de 2013

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	(1)	465	1	3.057	364	3.885
Aeronáuticos	227	863	22	348	127	1.586
Compreensivo empresarial	26	92	3	902	107	1.130
Garantia estendida	2.270	6.173	-	(8.588)	31.737	31.592
Lucros cessantes	329	270	(152)	1.910	127	2.483
Responsabilidade cível profissional	163	209	25	5.087	261	5.745
Responsabilidade cível geral	1.555	1.349	243	17.732	1.307	22.186
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	539	694	262	17.243	547	19.286
Responsabilidade cível riscos ambientais	185	221	84	1.900	437	2.828
Responsabilidade cível hangar	(279)	37	(4)	866	(7)	613
Riscos de engenharia	28	(1.001)	154	4.203	288	3.672
Riscos diversos	537	135	(48)	2.673	125	3.421
Riscos financeiros - crédito interno	616	(254)	-	4.207	1.518	6.088
Riscos nomeados e operacionais	1.097	2.404	(416)	5.402	1.322	9.808
Seguros compreensivos de operações portuárias	49	69	22	578	96	813
Transporte internacional	49	209	60	5.121	394	5.833
Transporte nacional	130	(1.739)	782	12.667	1.577	13.416
Turístico	95	9	(24)	11.075	1.410	12.565
Demais ramos	285	374	817	5.699	517	7.692
Total	7.900	10.579	1.831	92.082	42.254	154.646

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para os prêmios emitidos DPVAT 2013 - R\$ 35.831.

(f) Exposição ao risco de moeda

	Prêmios diretos emitidos		Prêmios diretos emitidos líquidos de resseguros	
	2014	2013	2014	2013
US\$	69.634	47.157	36.578	22.013
BRL	389.500	285.540	251.485	168.464
	459.134	332.697	288.063	190.477

(g) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à Matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Companhia, contamos ainda com os contratos de resseguros. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de resseguro incluem contratos de excesso de danos, quota e cobertura de catástrofe. A Companhia também não expõe mais do que 5% do seu patrimônio líquido ajustado em nenhum risco isolado.

(h) Análises de sensibilidade

A Companhia elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Administração da Companhia quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir.

(h.1) Consumer Lines

	Variação - %	31/12/2014			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas					
Sinistralidade	(20)	6.726	11.211	6.718	11.196
Sinistralidade	20	(6.737)	(11.229)	(6.728)	(11.214)
Câmbio projetado	(20)	588	980	571	951
Câmbio projetado	20	(588)	(981)	(571)	(952)

	Variação - %	31/12/2013			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas					
Sinistralidade	(20)	5.153	8.588	5.113	8.521
Sinistralidade	20	(5.187)	(8.646)	(5.151)	(8.586)
Câmbio projetado	(20)	206	343	197	328
Câmbio projetado	20	(206)	(343)	(197)	(330)

(h.2) Commercial Lines

	Variação - %	31/12/2014			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas					
Sinistralidade	(20)	20.245	33.742	5.489	9.149
Sinistralidade	20	(20.289)	(33.815)	(5.494)	(9.156)
Câmbio projetado	(20)	1.912	3.186	533	889
Câmbio projetado	20	(1.912)	(3.186)	(533)	(889)

	Variação - %	31/12/2013			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas					
Sinistralidade	(20)	15.340	25.567	3.318	5.530
Sinistralidade	20	(15.361)	(25.602)	(3.319)	(5.532)
Câmbio projetado	(20)	918	1.530	205	342
Câmbio projetado	20	(918)	(1.530)	(205)	(342)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Companhia será afetado por conta das variações propostas. Um resultado negativo ou um resultado positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas reservas da Companhia, já que nas reservas da Companhia, especificamente as reservas de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das reservas caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Companhia, demonstrado nos testes de sensibilidade fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios. Em nenhum dos testes de sensibilidade efetuados identificamos a necessidade de aumento nas reservas da Companhia de forma global (*net carrying amount*).

4.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez

A AIG Seguros determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Seguradora possui limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A AIG Seguros está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Seguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management (ALM)*.

4.3. Gestão de risco de mercado

A Seguradora está sujeita a uma série de riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a AIG Seguros se utiliza de uma estratégia de gestão de riscos para manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados pelo Comitê de Investimentos. Adicionalmente, a Seguradora emite certos contratos de seguro cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 (equivalente ao IFRS 7) requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).
- *Input* para o ativo ou passivo que não é com base em dados observáveis do mercado (*input* não observável) (Nível 3).

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam os ativos financeiros detidos pela Seguradora classificados como mensurados ao valor justo:

	31/12/2014			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado				
Mantidos para negociação				
Títulos públicos federais	81.746	-	-	81.746
Títulos privados	-	95.412	-	95.412
Cotas fundos de investimentos DPVAT	44.623	-	-	44.623
Letra financeira do tesouro nacional	118.955	-	-	118.955
Mútuo	6.568	-	-	6.568
Outros	-	-	174	174
Total	251.893	95.412	174	347.478

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas da (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. No caso dos resseguradores locais que não dispõem de *rating* de crédito, a Seguradora utiliza análise de crédito específica para definição dos parceiros e percentuais de alocação, pelo

4.5. Gestão de risco de capital
 A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital económico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.
 A estratégia de gestão de risco de capital é a de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.
 Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas.
 Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.
 Para o requerimento de capital mínimo, a Seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 280/2013 que se trata especificamente do capital de risco de subscrição, CNSP nº 283 dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional e a CNSP nº 228/10 especificamente do capital de risco de crédito, a circular Susep nº 452/12 que dispõe sobre ativos de resseguro redutores, e circular Susep nº 461/13 que dispõe sobre as parcelas de depósito judiciais e custos de aquisição diferidos que podem ser deduzidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas.
 Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir:
 I - Capital mínimo: capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital-base, o capital de risco e a margem de solvência.
 II - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R\$ 15.000, que uma seguradora deverá manter, a qualquer momento.
 III - Capital adicional: montante variável de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulamentação.
 IV - Margem de solvência: montante variável obtido através do maior valor dentre 20% (vinte por cento) do total de prêmio retidos nos últimos 12 (doze) meses e 33% (trinta e três por cento) da média anual do total dos sinistros retidos nos últimos 36 (trinta e seis) meses.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Patrimônio líquido	284.106	238.766
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(77.700)	(79.046)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(10.333)	(10.827)
Ativos intangíveis	(29.926)	(18.155)
Patrimônio líquido ajustado	166.147	130.738
Margem de solvência		
(a) 20% do prêmio retido anual dos últimos 12 meses	57.632	38.095
(b) 33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses	27.208	20.933
Margem de solvência (i)	57.632	38.095
Capital-Base (CB)	15.000	15.000
Capital Adicional de Subscrição (CAS)	43.545	24.019
Capital adicional risco de crédito	20.687	20.750
Benefício da diversificação	(7.444)	(5.963)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	2.698	2.362
Capital de risco (ii)	59.486	41.168
Capital mínimo requerido (iii)	59.486	41.168
Suficiência de capital (iv)	106.662	89.570
(i) O montante informado para margem de solvência é maior valor entre o item (a) e (b). (ii) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional. (iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco. (iv) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.		

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	18.189	8.500
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.189	8.500

	Provisão de prêmios não ganhos		DAC - Custo de aquisição diferido		Sinistros a liquidar	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Responsabilidade cível geral	8.206	7.088	(805)	(588)	27.536	18.503
Responsabilidade cível profissional	4.219	3.081	(1.088)	(794)	709	480
Transporte nacional	1.935	2.101	(61)	(104)	811	488
Transporte internacional	960	1.401	(25)	(49)	803	641
Garantia de concessões públicas	15.518	21.912	(4.655)	(6.574)	104	6
Riscos financeiros - crédito interno	13.596	8.888	(3.421)	(2.645)	12.666	6.054
Garantia segurado - setor público	11.716	4.894	(4.296)	(1.699)	680	1.078
Garantia segurado - setor privado	7.519	7.645	(2.585)	(2.649)	148	178
Turístico	299	236	(2)	(2)	774	356
Seguros compreensivos de operações portuárias	935	1.431	(143)	(410)	963	5.271
Aeronáuticos	11.772	6.988	(1.533)	(1.125)	3.149	6.570
Responsabilidade cível hangar	6.207	1.435	(986)	(376)	1.725	560
Demais ramos	14.255	9.114	(3.478)	(2.516)	5.451	6.273
	165.488	132.609	(38.951)	(32.316)	114.214	93.901

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Total - provisão para contratos de seguros	
	2014	2013	2014	2013
Lucros cessantes	3.322	5.343	17.925	18.100
Riscos de engenharia	2.585	848	27.016	14.056
Riscos diversos	1.994	1.698	7.612	10.552
Garantia estendida	30	492	(431)	84
Riscos nomeados e operacionais	7.980	3.943	64.416	50.408
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	8.878	7.203	19.424	17.380
Responsabilidade cível geral	7.481	9.364	42.418	34.367
Responsabilidade cível profissional	4.223	1.879	8.063	4.646
Transporte nacional	866	98	3.551	2.583
Transporte internacional	433	69	2.171	2.062
Garantia de concessões públicas	370	1	11.337	15.345
Riscos financeiros - crédito interno	7.854	1.384	30.695	13.681
Garantia segurado - setor público	2.412	252	10.512	4.525
Garantia segurado - setor privado	526	41	5.608	5.215
Turístico	258	159	1.329	749
Seguros compreensivos de operações portuárias	786	961	2.541	7.253
Aeronáuticos	1.349	515	14.737	12.948
Responsabilidade cível hangar	751	100	7.697	1.719
Demais ramos	2.424	1.461	18.652	14.333
	54.522	35.811	295.273	230.006
Passivo circulante			266.567	205.270
Passivo não circulante			28.706	24.736

10 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2014	2013
Ressarcimentos	24	26
Dividendos a receber	1.098	-
Aluguéis a receber	-	53
Juros sobre capital próprio a receber	2.568	-
Outros créditos a receber	75	-
	3.765	79

11 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2014	2013
Crédito tributário (Nota 11.1)	34.354	34.354
PIS/COFINS diferido	5.362	4.835
Imposto de renda e outros impostos a compensar	694	61
Outros créditos da previdência social, municipais e estaduais	24	20
Outros créditos tributários	8.048	8.496
Redução do valor recuperável (Nota 11.1)	(31.456)	(31.456)
	17.026	16.310
Ativo circulante	718	82
Ativo não circulante	16.308	16.228
	17.026	16.310

11.1. Crédito tributário

	2014	2013
Outras provisões não dedutíveis	3.308	3.308
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.898	2.898
Prejuízo fiscal e base negativa	28.148	28.148
Redução do valor recuperável	(31.456)	(31.456)
	2.898	2.898

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na Circular SUSEP nº 483/14. Realizamos estudos técnicos e verificamos que devido ao processo de reestruturação e investimento da Companhia, a expectativa de geração de lucros foi alterada, assim como a perspectiva de realização do crédito tributário nos próximos cinco anos. Ademais, a empresa apresenta prejuízo fiscal nos últimos três anos, incluindo o período corrente, o que implica na necessidade de constituição de *impairment* nos termos da Circular SUSEP 483/14. Vale destacar que desde de julho de 2012 a Companhia não vem contabilizando IRPJ/CSLL diferidos sobre saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias, em atendimento à referida Circular.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 483, Anexo I, Parágrafo 47, Item IV, informamos que:

	Período de geração			
	Exercício findo em 2014	Exercício findo em 2013	Exercício de 2012	Total
Créditos tributários sobre diferenças temporárias, não contabilizados	(4.671)	(2.331)	(3.157)	(10.159)
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais, não contabilizados	(39.292)	(37.059)	(7.605)	(83.957)
Total dos créditos tributários não contabilizados	(43.963)	(39.390)	(10.762)	(94.116)

12 OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
Adiantamentos administrativos e a funcionários	3.894	3.894
Valores a receber com partes relacionadas (Nota 39)	-	217
	3.894	4.111

13 DESPESAS ANTECIPADAS

	2014	2013
Despesas operacionais	10.115	10.650
Despesas administrativas	218	177
	10.333	10.827

As despesas antecipadas operacionais representam pagamentos efetuados para se obter exclusividade venda de seguros nos parceiros que ocorre em razão dos mecanismos de proteção de cada contrato, onde os valores dos investimentos podem ou não ser ressarcidos para a Seguradora caso o plano de venda acordado não seja realizado. A amortização dos contratos é reconhecida no resultado levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros pelo período do contrato.

14 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2014	2013
Produtos para indivíduos	-	-
Acidentes pessoais coletivo	54	83
Compreensivo residencial	63	-
Prestamista	2	26
Turístico	320	257
Vida em grupo	184	92
Demais ramos	17	5
	640	463

	2014	2013
Produtos para empresas	-	-
Aeronáuticos	733	516
Garantia de concessões públicas	2.793	3.944
Garantia estendida	28.622	24.699
Garantia segurado - setor público	1.847	323
Responsabilidade cível profissional	1.429	901
Responsabilidade cível geral	3.558	3.513
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	3.839	3.109
Riscos de engenharia	2.343	1.819
Riscos financeiros - crédito interno	1.051	954
Riscos de engenharia	2.343	1.819
Riscos nomeados e operacionais	3.822	2.662
Transporte nacional	1.698	1.386
Demais ramos	5.573	2.986
	59.651	48.631
Total geral	60.291	49.094
Circulante	47.987	38.507
Não circulante	12.304	10.587

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira	Sem vencimento	Fluxo de caixa contratual e não descontado				Saldo contábil	Percentual por categoria
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos (*)	Acima de 5 anos (*)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)							
Fundos de investimento							
DPVAT	44.623	-	-	-	-	44.623	13%
Letra financeira do tesouro nacional	118.955	-	-	-	-	118.955	34%
Mútuo	6.568	-	-	-	-	6.568	2%
Ativos prefixados							
Públicos	-	39.592	-	18.935	-	58.527	17%
Privados	-	-	-	1.288	-	1.288	-
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	17.887	-	5.332	-	23.219	7%
Privados	-	22.942	3.980	67.202	-	94.124	27%
Outros	174	-	-	-	-	174	-
Total ativos financeiros	170.320	80.421	3.980	92.757	347.478	100%	
Circulante					346.279		
Não circulante					1.199		

(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

Composição da carteira	Sem vencimento	Fluxo de caixa contratual e não descontado				Saldo contábil	Percentual por categoria
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos (*)	Acima de 5 anos (*)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)							
Fundos de investimento							
DPVAT	37.072	-	-	-	-	37.072	15%
Letra financeira do tesouro nacional	62.336	-	-	-	-	62.336	25%
Mútuo	6.338	-	-	-	-	6.338	3%
Ativos prefixados							
Públicos	-	-	-	31.020	-	31.020	12%
Privados	-	-	-	1.158	-	1.158	-
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	-	-	24.501	10.623	35.124	14%
Privados	-	13.844	35.576	26.077	-	75.497	30%
Outros	195	-	-	-	-	195	-
Total ativos financeiros	105.941	13.844	35.576	82.756	248.740	100%	
Circulante					247.657		
Não circulante					1.083		

(*) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

	2014		2013	
	Valor do investimento na curva	Valor de mercado	Valor do investimento na curva	Valor de mercado
Fundo soberano (exclusivo)		SELIC		SELIC
Fundo AJ (associado ao processo judicial)		SELIC/CDI		SELIC/CDI
Títulos em tesouraria (públicos e privados)		SELIC/CDI, Pré Fixado, IPCA		SELIC/CDI, Pré Fixado, IPCA
Fundos de ações		IBOVESPA		IBOVESPA
Fundo cambial		Dólar		Dólar

Ativos financeiros a valor justo através do resultado mantidos para negociação

Mantidos para negociação

Cotas de fundos

Total mantido para negociação

Movimentação das aplicações financeiras

Saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Movimentação do período	Custo de aquisição de contratos de seguro	
	DAC	DAC-RVNE
Saldo em 31 de dezembro de 2012	34.619	3.673
Adições	28.933	-
Amortizações	(21.155)	-
Nova estimativa de comissões emitidas	-	6.813
Estimativa de comissões amortizadas	-	(200)
Reversão da reserva anterior	-	(3.673)
Oscilação cambial	84	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	42.481	6.613
Adições	97.781	-
Amortizações	(87.818)	-
Nova estimativa de comissões emitidas	-	14.821
Estimativa de comissões amortizadas	-	(969)
Reversão da reserva anterior	-	(12.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52.444	7.847

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2014	2013
Cíveis	525	186
Fiscais (i)	13.246	14.498
Trabalhistas	1.107	1.384
	14.878	16.068

(i) Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Ocorre que referidos depósitos não foram abatidos do saldo total parcelado. Referidos créditos estão em processo de recuperação.

16 INVESTIMENTOS

(a) A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 80.504 (2013 - R\$ 78.881) sendo que o lucro líquido do exercício foi de R\$ 5.742 (2013 - prejuízo R\$ (1.889)).

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Investi-mentos	Imóveis destinados à renda	Outros investi-mentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	78.881	5.570	165	84.616
Equivalência patrimonial (Nota 36)	2.722	-	-	2.722
Dividendos	(1.098)	-	-	(1.098)
Juros sobre capital próprio	(3.021)	-	-	(3.021)
Depreciação	-	(66)	-	(66)
Seguradora Líder DPVAT	-	-	50	50
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	77.484	5.504	215	83.203

(b) A Seguradora possui imóveis comerciais que são alugados a terceiros (Seguradora como arrendadora) em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional.

A tabela apresentada a seguir demonstra informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	2014	2013
Valor justo dos ativos imobiliários de investimento	26.904	25.784
Valor original dos contratos	13.876	15.956
Receitas de correção dos contratos	308	507
Receitas de aluguel	2.881	3.157

(c) A Seguradora aluga diversos ativos para condução de seus negócios. A tabela abaixo apresenta o total dos pagamentos mínimos de aluguéis futuros não canceláveis para estes contratos:

O total de despesas originadas de aluguéis em contratos de *leasing* operacional onde a Seguradora é arrendatária que foram reconhecidas no período foi de R\$ 2.958 (R\$ 3.878 em 2013). Estes contratos não possuem opções de compra do ativo. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação.

	2014	2013
Aluguéis mínimos futuros não canceláveis a serem pagos		
Em até um ano	3.948	3.638
Entre um a cinco anos	4.203	7.379
	8.151	11.017

17 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado líquida de depreciação está apresentada na tabela a seguir:

	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Imóveis uso próprio	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.530	1.749	161	605	1.848	7.893
Aquisição	1.225	2.596	-	-	1.647	5.468
Depreciação/amortização	(1.206)	(236)	(56)	(3)	(726)	(2.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.549	4.109	105	602	2.769	11.134

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o ativo imobilizado não estava vinculado como garantia das provisões técnicas de contratos de seguros junto à SUSEP.

18 INTANGÍVEL

	Software
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.155
Aquisição	16.710
Amortização	(4.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.926

Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear estimando em cinco anos.

19 CONTAS A PAGAR

19.1. Obrigações a pagar

	2014	2013
Participação sobre os resultados do exercício	11.706	9.688
Outras obrigações a pagar	3.791	1.053
	15.497	10.741

19.2. Outras contas a pagar

	2014	2013
Contas a pagar serviços de terceiros	6.067	2.862
Provisão publicação de balanço	295	283
Provisão auditoria	230	141
Provisão multas	908	640
	7.500	3.926

20 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	2014	2013
IOF sobre prêmios de seguros	8.290	4.684
Impostos retidos na fonte	2.200	1.492
Contribuições Previdenciárias/FGTS	1.756	1.484
PIS e Cofins	841	1.429
	13.087	9.089

21 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)

	2014	2013
Riscos emitidos	52.643	36.505
Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	43.077	27.857
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(17.001)	(9.065)
Resseguro cedido	78.719	55.297
Prêmios	27.922	18.259
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(2.334)	(3.292)
Sinistros	13	13
Outros débitos	18.927	6.877
Resseguro a liquidar	44.528	21.857
	123.247	77.154

22 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2014	2013
Agentes e correspondentes	(303)	4.675
Contas a pagar - DPVAT	171	124
Outros débitos	2.526	3.458
	2.394	8.257

23 DEPÓSITOS TERCEIROS

	2014						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios e emolumentos recebidos	1.203	1.484	1.758	846	901	1.032	7.224
Outros depósitos	750	131	257	104	701	499	2.442
	1.953	1.615	2.015	950	1.602	1.531	9.666

	2013						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	(20)	(4)	5	1	-	5	(13)
Prêmios e emolumentos recebidos	6.447	2.355	1.149	(2.026)	2.406	1.340	11.671
Outros depósitos	187	15	130	650	-	-	982
	6.614	2.366	1.284	(1.375)	2.406	1.345	12.640

24 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	2014		2013	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisões técnicas de contratos de seguros	625.420	480.798	330.147	250.792

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar	
	2014	2013	2014	2013
Lucros cessantes	14.959	6.893	3.462	8.297
Riscos de engenharia	18.443	13.140	13.984	4.774
Riscos diversos	6.898	3.293	5.080	14.392
Garantia estendida	49.272	40.945	857	198
Riscos nomeados e operacionais	30.845	26.811	40.740	29.853
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	21.317	18.026	7.469	6.982
Responsabilidade cível geral	27.706	21.742	48.326	47.734
Responsabilidade cível profissional	9.714	6.036	2.541	2.312
DPVAT (todas as categorias)	-	-	21.734	20.336
Transporte nacional	12.159	7.360	14.595	6.622
Transporte internacional	6.234	4.314	5.091	3.615
Garantia de concessões públicas	15.518	21.912	170	27
Riscos financeiros - crédito interno	13.810	9.064	12.821	6.189
Garantia segurado - setor público	12.730	5.484	882	1.212
Garantia segurado setor privado	8.631	8.995	218	218
Turístico	8.223	5.900	4.240	1.677
Seguros compreensivos de operações portuárias	3.299	1.699	1.818	5.508
Aeronáuticos	12.062	6.978	3.278	6.934
Responsabilidade cível hangar	6.301	1.437	2.066	566
Demais ramos	22.382	13.590	21.772	19.366
	300.503	223.619	211.144	186.812

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Total - provisão para contratos de seguros	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Lucros cessantes	3.446	5.454	-	-	21.867
Riscos de engenharia	3.296	962	-	-	35.723	18.876
Riscos diversos	4.290	2.274	-	-	16.268	19.959
Garantia estendida	1.598	1.826	-	-	51.727	42.969
Riscos nomeados e operacionais	8.968	5.199	-	-	80.553	61.863
Responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O)	15.071	12.406	-	-	43.857	37.414
Responsabilidade cível geral	19.012	11.495	100	-	95.144	80.971
Responsabilidade cível profissional	8.500	3.759	-	-	20.755	12.107
DPVAT (todas as categorias)	22.336	16.655	535	165	44.605	37.156
Transporte nacional	2.137	269	1.747	-	30.638	14.251
Transporte internacional	1.404	146	974	-	13.703	8.075
Garantia de concessões públicas	436	6	-	-	16.124	21.945
Riscos financeiros - crédito interno	7.822	1.393	-	-	34.453	16.646
Garantia segurado - setor público	2.431	342	-	-	16.043	7.038
Garantia segurado setor privado	577	46	-	-	9.426	9.259
Turístico	1.033	378	-	-	13.496	7.955
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.139	983	621	-	6.877	8.190
Aeronáuticos	1.234	518	-	-	16.574	14.430
Responsabilidade cível hangar	686	101	-	-	9.053	2.104
Demais ramos	4.393	5.990	(13)	-	48.534	38.946
	109.809	70.202	3.964	165	625.420	480.798
Passivo circulante					559.251	418.252
Passivo não circulante					66.169	62.546

(a) 31 de dezembro de 2014 - Bruto de resseguro

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisões totais para sinistros (-) DPVAT	42.838	44.528	45.896	47.802	79.463	89.122	243.229	252.131	257.014	321.487
(-) Retrocessão	1.930	1.918	2.313	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	1.920
Despesa não alocada	-	-	-	-	1.944	2.097	4.272	6.381	8.637	9.378
Provisões para sinistros	25.071	23.810	21.261	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	265.584
Sinistros a liquidar	11.214	12.400	12.965	11.249	28.778	31.873	94.458	120.722	92.938	128.073
IBNR	7.567	6.679	4.200	1.911	7.992	23.067	109.007	91.570	116.413	137.511
IBNER	6.290	4.731	4.096	3.773	3.773	3.773	-	-	-	-
Provisões para sinistros (i, ii)	25.071	23.810	21.261	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	265.584

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Valor cumulativo e pago até										
Um ano mais tarde	5.878	5.470	4.772	903	2.605	5.825	35.286	56.166	100.927	
Dois anos mais tarde	9.280	9.501	5.103	(345)	3.255	17.610	77.965	88.906		
Três anos mais tarde	13.260	9.649	3.431	(115)	7.224	48.912	95.629			
Quatro anos mais tarde	13.399	7.968	3.637	2.867	19.389	55.506				

(c) Reserva de sinistros judiciais

A consistência dos saldos das provisões de sinistros foi avaliada considerando as provisões para sinistros judiciais e administrativos. A Seguradora avalia constantemente os saldos de suas provisões de sinistros judiciais e reestima os valores quando necessários, desta forma mantém sempre a melhor estimativa. A tabela abaixo demonstra as movimentações dos sinistros judiciais do último período analisado.

	Provisão bruta de resseguro	Provisão líquida de resseguro
Desenvolvimento do saldo de sinistros judiciais	25.438	17.220
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.585	1.735
Sinistros avisados	(4.953)	(3.646)
Encerramento sem indenização	(12.336)	(4.563)
Pagamento de sinistros	2.242	318
Alterações de estimativa	4.063	2.387
Atualização monetária e juros	17.039	13.451
Saldo em 31 de dezembro de 2013	17.039	13.451
Sinistros avisados	25.857	1.064
Encerramento sem indenização	(9.720)	(7.951)
Pagamento de sinistros	(6.732)	(6.450)
Alterações de estimativa	(11.885)	6.831
Atualização monetária e juros	2.061	1.799
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.620	8.744

As tabelas abaixo demonstram a evolução do saldo contábil das provisões de sinistros a liquidar para o pagamento do sinistro judicial, por data de ocorrência. Atualmente a Companhia possui um montante de R\$ 16.620 mil em provisões de sinistros a liquidar bruto de resseguro e R\$ 8.744 mil líquido de resseguro. Neste quadro podemos constatar que a maior parte do valor reservado é para cobrir sinistros ocorridos antes de dezembro de 2005, onde, dos R\$ 8.744 mil em provisões de sinistros a liquidar retido em 31 de dezembro de 2014, R\$ 6.966 mil são referentes a sinistros ocorridos antes de dezembro de 2005.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bruto de resseguro	11.662	13.002	10.014	9.730	27.203	22.469	23.183	25.438	17.039	16.620
Um ano mais tarde	11.915	10.014	9.730	27.197	22.469	23.182	25.293	16.987	16.533	-
Dois anos mais tarde	10.013	9.728	26.945	22.463	23.182	24.605	15.672	15.706	-	-
Três anos mais tarde	9.727	26.903	22.427	23.126	24.278	14.128	11.975	-	-	-
Quatro anos mais tarde	26.494	22.360	23.103	24.278	13.992	7.573	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	22.217	23.048	24.211	13.992	7.226	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	22.958	24.157	13.916	7.226	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	24.150	13.854	7.177	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	13.759	7.106	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	6.998	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores retidos	7.851	8.163	7.015	6.306	21.842	17.577	16.930	17.220	13.579	8.744
Um ano mais tarde	7.441	7.015	6.306	21.836	17.577	16.929	17.119	13.528	8.693	-
Dois anos mais tarde	7.014	6.305	21.585	17.570	16.929	16.574	13.274	8.611	-	-
Três anos mais tarde	6.303	21.543	17.535	16.923	16.331	12.923	8.247	-	-	-
Quatro anos mais tarde	21.134	17.468	16.900	16.331	12.787	7.542	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	17.325	16.845	16.264	12.787	7.195	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	16.755	16.210	12.711	7.195	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	16.203	12.648	7.146	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	12.553	7.075	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	6.966	-	-	-	-	-	-	-	-	-

24.3. Prazo e valor médio de pagamentos de sinistros judiciais (não auditado)

(a) Valores brutos de resseguro

	Prazo médio - pagamento (meses)	Valor médio de pagamento	Valor total de pagamento
Junho/09 a Junho/10	94	67	1.665
Junho/09 a Dezembro/10	91	78	3.050
Junho/09 a Junho/11	95	70	3.420
Junho/09 a Dezembro/11	105	64	3.900
Junho/09 a Junho/12	110	84	6.079
Junho/09 a Dezembro/12	121	104	9.439
Junho/09 a Junho/13	117	86	8.909
Junho/09 a Dezembro/13	116	77	8.972
Junho/09 a Junho/14	116	129	14.997
Junho/09 a Dezembro/14	106	143	15.166

(b) Valores líquidos de resseguro

	Prazo médio - pagamento (meses)	Valor médio de pagamento	Valor total de pagamento
Junho/09 a Junho/10	94	67	1.665
Junho/09 a Dezembro/10	86	99	1.385
Junho/09 a Junho/11	96	73	1.775
Junho/09 a Dezembro/11	105	63	3.822
Junho/09 a Junho/12	110	82	5.911
Junho/09 a Dezembro/12	121	87	7.946
Junho/09 a Junho/13	117	72	7.417
Junho/09 a Dezembro/13	116	64	7.479
Junho/09 a Junho/14	116	117	13.509
Junho/09 a Dezembro/14	106	129	13.628

24.4. Movimentações de saldos patrimoniais de provisões técnicas dos contratos de seguro e resseguro

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de seguro e contratos de resseguro para o exercício de 2013 e de 2014:

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Mutação da PPNG		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	142.619	91.457
Novos contratos emitidos	369.287	227.631
Riscos expirados	(269.315)	(169.595)
Riscos cancelados/restituídos	(57.779)	(43.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	184.812	106.224
Novos contratos emitidos	752.885	375.298
Riscos expirados	(550.367)	(275.807)
Riscos cancelados/restituídos	(144.619)	(80.426)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	242.711	125.289

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Mutação da PPNG-RVNE		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	43.835	28.818
Nova estimativa de contratos emitidos	100.374	66.017
Estimativa de riscos expirados	(12.965)	(7.210)
Reversão da reserva anterior	(92.437)	(61.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.807	26.385
Nova estimativa de contratos emitidos	114.467	79.794
Estimativa de riscos expirados	(6.952)	(5.259)
Reversão da reserva anterior	(88.530)	(60.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.792	40.199

	Comissões de contratos de resseguro
Mutação da DAC	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	23.644
Adições	34.480
Amortizações	(31.381)
Oscilação cambial	113
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.676
Adições	74.370
Amortizações	(71.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.797

	Comissões de contratos de resseguro
Mutação da DAC-RVNE	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.958
Nova estimativa de comissões emitidas	5.830
Estimativa de comissões amortizadas	(190)
Reversão da reserva anterior	(4.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.640
Nova estimativa de comissões emitidas	9.576
Estimativa de comissões amortizadas	(422)
Reversão da reserva anterior	(5.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.154

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de seguro
Mutação da PET		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-
Reversão da reserva anterior	-	-
Constituição da nova reserva	68	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	68	-

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de seguro
Mutação da PCC		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-
Reversão da reserva anterior	-	-
Constituição da nova reserva	3.361	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.361	-

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Mutação da PSL e PDR		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	139.108	91.353
Sinistros avisados	258.743	191.951
Alterações de estimativa	(49.389)	(75.105)
Pagamento de sinistros	(66.488)	(54.051)
Encerramento sem indenização	(111.224)	(106.985)
Atualização monetária e juros	4.267	5.347
Varição ibner	7.823	41.391
Movimentação DPVAT e retroc.	3.972	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	186.812	93.901
Sinistros avisados	800.839	740.324
Alterações de estimativa	98.735	33.709
Pagamento de sinistros	(152.199)	(85.902)
Encerramento sem indenização	(713.054)	(659.490)
Atualização monetária e juros	4.552	3.416
Varição IBNER	(15.823)	(11.745)
Movimentação DPVAT e retroc.	1.283	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	211.144	114.214

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Mutação da IBNR		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	101.139	58.793
Reversão da reserva anterior	(226.052)	(124.439)
Constituição da nova reserva	195.115	101.457
Saldo em 31 de dezembro de 2013	70.202	35.811
Reversão da reserva anterior	(70.202)	(35.811)
Constituição da nova reserva	109.809	54.522
Saldo em 31 de dezembro de 2014	109.809	54.522

(*) Até 31 de dezembro de 2012 estava registrada contabilmente a Provisão Complementar de Prêmios (PCP), em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) previstas nas Resoluções CNSP nºs 162/06 e 181/07. Em

	Provisão bruta de resseguro	Provisão líquida de resseguro
Reserva de sinistros judiciais		
2012	25.438	17.220
2013	17.039	13.451
2014	16.620	8.744

	2012	2013	2014
Passivos de contratos de seguro	433	(433)	335
Reversão da reserva anterior	-	-	-
Constituição da nova reserva	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	165	(165)	535
Reversão da reserva anterior	-	-	-
Constituição da nova reserva	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	535	-	-

31 de janeiro de 2013, entrou em vigor a Circular SUSEP nº 462 que determinou a transferência dos saldos registrados na PCP para a rubrica "Outras Provisões Técnicas (OPT)". De acordo com a referida circular os saldos registrados na OPT devem ser revertidos integralmente até 31 de dezembro de 2014, contudo esta reversão só efetuada no exercício atual, reduzindo o prejuízo do semestre em R\$ 3.500 mil líquido do efeito da participação dos resseguradores.

Mutação da PDA

	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Reversão da reserva anterior	433	-	-
Constituição da nova reserva	-	335	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	165	(165)	535
Reversão da reserva anterior	-	-	-
Constituição da nova reserva	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	535	-	-

25 PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos. Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar.

Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 464/13 são considerados obrigações legais, são integralmente provisionadas independentemente da respectiva avaliação da probabilidade de perda. Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

	2014	2013
Saldos patrimoniais		
Provisões trabalhistas	1.218	1.028
Provisões cíveis	2.099	1.813
Provisões fiscais	404	117
	3.721	2.958
Movimentação		

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
32 RESULTADO COM RESSEGURO				
Indenização de sinistros - recuperação	95.996	51.202		
Despesas com sinistros - recuperação	3.725	525		
Varição da provisão de IBNR	18.711	(22.982)		
Receita com participação em lucros	-	114		
Prêmios de resseguro - cessão	(170.974)	(142.220)		
Varição das despesas de resseguro - provisões	25.199	7.847		
Salvados e ressarcidos	(119)	6		
Total outras receitas e despesas operacionais	(27.462)	(105.508)		

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
33 DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
Despesas com pessoal próprio	(110.580)	(75.012)		
Serviços de terceiros	(42.435)	(33.832)		
Localização e funcionamento	(17.163)	(13.766)		
Despesas com publicação	(319)	(388)		
Despesas com donativos e contribuições	(499)	(333)		
Depreciação/amortização	(7.164)	(6.974)		
Publicidade e propaganda	(5.304)	(12.488)		
Ressarcimento de custos	3.423	4.701		
Contingências	(115)	220		
Outras	(855)	(969)		
	(181.011)	(138.841)		

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
34 DESPESAS COM TRIBUTOS				
COFINS	(6.329)	(4.501)		
PIS	(990)	(693)		
Taxa de fiscalização	(1.176)	(1.025)		
Outras	(797)	(487)		
	(9.292)	(6.706)		

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
35 RESULTADO FINANCEIRO				
Receita de rendimento das aplicações financeiras	27.399	14.959		
Receita de dividendos de ações	174	93		
Receita de fracionamento de prêmios de operações de seguros	269	273		
Receita de oscilação cambial	8.649	12.222		
Receita com depósitos judiciais e fiscais	86	71		
Receitas financeiras eventuais	2.220	1.423		
Operações de seguros	(36)	(34)		
Despesa de oscilação cambial	(17.504)	(17.645)		
Encargos sobre tributos	(4.039)	(74)		
Impostos e contribuições de transações	(3.768)	(2.936)		
Despesas financeiras eventuais	(652)	(345)		
Outras despesas financeiras	(16)	(66)		
Resultado Financeiro	12.782	7.941		

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
36 RESULTADO PATRIMONIAL				
Aluguel	2.881	3.157		
Equivalência patrimonial (Nota 16)	2.722	(1.889)		
Depreciação imóveis	(68)	(68)		
Receita venda participação	5	6		
	5.540	1.206		

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
37 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:				
Imposto de renda e contribuição social				
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	(130.166)	(130.166)	(110.566)	(110.566)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORES	
Conselheiros	Diretor Presidente	Marcelo Farat Milani	Fabio Augusto Polonio
James William Dwane	Paride Della Rosa	Fernando Borges Porelo	Fabio Cabral da Silva
Pedro Bernardo Coimbra Fernandes		Nelia Claudia Soares	
Alejandro Pedroza			Natalia Soares Grisanti
			Atuária - MIBA - 2162
			Roseli Midori Kanazawa
			Contadora - CRC - 1SP187230/0-8

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da AIG Seguros Brasil S.A.

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da AIG Seguros Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **AIG Seguros Brasil S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas bra-

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ajustes permanentes	18.064	16.986	12.391	11.589
Ajustes temporários	12.253	12.253	5.828	5.828
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(96.827)	(97.905)	(92.347)	(93.149)
Alíquota efetiva	-	-	-	-

Administração concluiu que a Companhia não atendeu alguns requisitos dispostos na circular SUSEP 483/2014. A Seguradora ainda encontra-se em processo de reestruturação, no entanto o período de reestruturação foi reavaliado e, conseqüentemente, a expectativa de geração de lucros também foi revista.

Considerando os motivos apresentados acima, a Companhia não está contabilizando os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças.

38 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Seguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição em 2014 totalizou R\$ 17.633 (2013 - R\$ 12.868). A Seguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante 2014, as contribuições totalizaram R\$ 3.097 (2013 - R\$ 2.248).

Conforme convenção coletiva de trabalho, a seguradora concede benefícios pós emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Seguradora apurou atualmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33.

Durante o exercício de 2014, a Seguradora apurou reserva de benefícios a empregados de R\$ 737 (2013 - R\$ 721).

39 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) A Administração identificou como partes relacionadas da AIG Seguros Brasil S.A., operações com a AIG Resseguros Brasil S.A., a American Home Assurance Company, a AIG International LCC e a AIG Argentina e a Travel Guard, seus diretores e demais membros-chave da Diretoria e seus famílias, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(b) Com a AIG Resseguros mantém operações de recebimento de prêmios de resseguros, despesas de comercialização e despesas administrativas.

(c) A AIG Argentina realiza operações de natureza de prestação de serviços de tecnologia e AIG Internacional LCC operações denominada de Global Operations que trata-se de um grupo de profissionais cujas responsabilidades estão vinculados a projeto em tecnologia.

(d) A Travel Guard realiza operações de natureza de prestação de serviços em assistência e assessoria à segurados da AIG Brasil no exterior.

Transações administrativas

	AIG Resseguro	AIG Argentina	AIG Internacional	Travel Guard	RCG
	Saldo em 31 de dezembro de 2012	624	(433)	339	
Ativo	5.095	-	94	-	
Passivo	-	(811)	-	(795)	
Pagamento	-	996	-	795	
Recebimento	(5.502)	-	(433)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	217	(248)	-	-	
Ativo	3.423	-	-	-	
Passivo	-	-	-	(841)	
Pagamento	-	248	-	841	
Recebimento	(3.640)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Transações operacionais				
Saldo em 31 de dezembro de 2012				
Despesa (i)	(19.948)	(12.112)		
Receita (ii)	7.456			
Pagamento	(4.866)	12.729		
Recebimento	20.787	3.691		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(7.373)	(9.333)		
Despesa (i)	(54.324)	(19.596)		
Receita (ii)	26.259	-		
Pagamento	(11.580)	15.852		
Recebimento	21.414	3.684		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(25.604)	(9.394)		

(i) Valores referentes a despesas com emissões de prêmios em resseguro.

(ii) Valores referentes a receita com recuperações de comissão e sinistros.

40 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2014, o montante de R\$ 4.325 (2013 - R\$ 4.832).

(b) Cobertura de seguros

A Seguradora e sua controlada adotam uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Tipos de cobertura	Importância segurada	
		2014	2013
01 - Rua Gomes de Carvalho, 1.306 - 11º, 12º, 13º e 14º andares - SP; 02 - Av. Almirante Barroso, 52 - 12º andar - RJ; 03 e 04 - Pça. Prof. José Lannes, nº 40 - 5º e 6º andares - SP	Seguro empresarial incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados.	59.301	53.318
Administradores e diretores (D&O)	Seguro de responsabilidade cível profissional a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora.	10.000	10.000
	Seguro de responsabilidade cível geral poluição, contaminação e vazamentos.	2.420	2.536
		71.721	65.854

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

41 EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de dezembro de 2014 e a data desta Demonstrações Financeiras ocorreram os seguintes eventos:

- Aporte de capital realizado em 28 de janeiro de 2015. Em processo de protocolização com a SUSEP durante o mês de fevereiro de 2015.
- O Aporte de Capital de AGE de 27.08.2014 - recebeu aprovação da SUSEP em 27.01.2015 será registrada na Junta Comercial durante o mês de fevereiro de 2015.
- O Aporte de Capital de AGE de 06.08.2014 obteve o registro Jucesp realizado e o que será publicado em ata durante o mês de fevereiro de 2015.
- Aporte de capital realizado em 25 de fevereiro de 2015 no valor 56,8 milhões. Em processo de protocolização com a SUSEP.

do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de

auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **AIG Seguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

sileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-8 "S" SP